



# PREFEITURA DE ALTAIR

## EDITAL COMPLETO

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 03/2026**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2026**

### PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE ALTAIR/SP**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 45.152.782/0001-12, por intermédio de sua Prefeitura, situada à Praça Joaquim Carlos Garcia, nº 384, Centro, CEP: 15.430-005, **TORNA PÚBLICO**, para conhecimento dos interessados, que o Agente de Contratação acompanhado de sua Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria nº 1.978/2025, se reunirá no dia, hora e local designados neste Edital, onde realizará certame licitatório na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA**, na **FORMA ELETRÔNICA**, pelo critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, o qual observará os preceitos de direito público, em especial as disposições da Lei nº 14.133, do Decreto Municipal nº 1.469/2023 e da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e subordinado às condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

**Regime de Execução:** Empreitada por Preço Global

**Data da Sessão Pública:** 02/07/2026, quinta-feira.

**Hora Inicial:** 09h00, horário de Brasília.

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** até as 09h00min da data da sessão pública, conforme indicado no sistema eletrônico.

**DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 09h10min da data da sessão pública.

**Referência de tempo:** Horário de Brasília.

**LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA:** Plataforma de licitações: [www.licitamaisbrasil.com.br](http://www.licitamaisbrasil.com.br)

**VALOR ESTIMADO GLOBAL DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 80.557,24 (Oitenta mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e vinte e quatro centavos).

**TIPO:** MENOR PREÇO GLOBAL

**MODO DE DISPUTA:** ABERTO

### **1. DO OBJETO**

**1.1.** O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para execução de obras de Recapeamento Asfáltico da Rua Joaquim Nicézio Pereira, no Município de Altair/SP, compreendendo serviços preliminares (placa de obra em lona com impressão digital), varrição manual e mecanizada do pavimento, imprimação betuminosa ligante com emulsão tipo RR-1-C, execução de camada de rolamento em concreto betuminoso usinado quente (CBUQ), graduação "C", espessura mínima de 3,00 cm após compactação, sobre extensão de 1.086,54 m<sup>2</sup>, além de sinalização horizontal (pintura de lombadas em laminado elastoplástico retrorrefletivo e antiderrapante) e sinalização vertical (placas de LOMBADA em chapa de aço totalmente refletiva, com colunas tubulares galvanizadas), conforme Projeto Básico, Memorial Descritivo e Planilha Orçamentária.

**1.2.** A licitação corresponde a item único, sem divisão em lotes, devendo o licitante apresentar proposta para a totalidade do objeto.



## **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**2.1.** Poderão participar desta Concorrência os interessados que estiverem previamente credenciados na Plataforma de Licitações Eletrônicas Licita Mais Brasil.

**2.1.1.** Os interessados deverão realizar o cadastro junto à Plataforma com antecedência, evitando a perda dos prazos.

**2.1.2.** A Plataforma analisa os cadastros realizados no prazo máximo de 24 horas úteis. Dessa forma é importante se antecipar, evitando ficar de fora do processo devido à perda dos prazos.

**2.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor da plataforma ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**2.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**2.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**2.5.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

**2.6.** Não poderão disputar esta licitação:

**2.6.1.** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**2.6.2.** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**2.6.3.** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**2.6.4.** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**2.6.5.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.6.6.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**2.6.7.** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**2.6.8.** Agente público do órgão ou entidade licitante;

**2.6.9.** Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

**2.6.10.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;





**2.6.11.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.7.** O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**2.8.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**2.9.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**2.10.** O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**2.11.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**2.12.** A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DAS FASES DO PROCESSO E AS AÇÕES NECESSÁRIAS DOS PARTICIPANTES**

#### **3.1. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS INICIAIS**

**3.1.1.** Durante essa fase os licitantes interessados em participar do processo deverão obrigatoriamente:

**3.1.1.1.** Preencher no sistema os valores monetários da proposta;

**3.1.1.2.** Anexar o arquivo da Proposta de Preços detalhada (planilha com composição de custos);

**3.1.1.3.** Anexar o arquivo da Proposta de Preços Completa;

**3.1.2.** Os licitantes que assim desejarem poderão previamente anexar à Plataforma os documentos de habilitação solicitados nesse edital.

#### **3.2. ANÁLISE DAS PROPOSTAS**

**3.2.1.** Durante essa fase, o Agente de Contratação analisará os arquivos das Propostas de Preços, verificando a compatibilidade dos valores com os preços de referência e as especificações técnicas do Edital.

**3.2.2.** As propostas serão classificadas em ordem crescente de valor, sendo declarada vencedora a de menor preço global.

#### **3.3. ANÁLISE DE VALORES E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

**3.3.1.** No início dessa fase o Agente de Contratação analisará os valores propostos calculando a nota final do participante, de acordo com a regra estipulada no edital.

**3.3.2.** Ele também deverá analisar o arquivo da proposta de preços completa.

**3.3.3.** Durante essa fase, os licitantes que assim desejarem já poderão indicar interesse em interpor recurso referente ao julgamento da proposta realizado no lote/item.



### **3.4. HABILITAÇÃO**

**3.4.1.** Assim que iniciada a fase de habilitação, o Agente de Contratação abrirá o prazo de envio dos documentos de habilitação para o primeiro colocado.

**3.4.2.** O Licitante primeiro colocado deverá anexar seus arquivos na Plataforma e selecioná-los para que o Agente de Contratação e seus concorrentes possam ter acesso aos documentos apresentados.

**3.4.3.** O Licitante que tenha previamente anexados seus arquivos à Plataforma durante o cadastro da proposta inicial poderá anexar novos arquivos, para em seguida selecioná-los e encaminhá-los para a análise do Agente de Contratação.

### **3.5. RECURSOS**

**3.5.1.** Ao iniciar a fase de Indicação de Interesse em Interpor Recursos, os licitantes terão uma nova chance de interpor recurso referente à habilitação realizada no lote/item.

**3.5.2.** Na presença de recursos, o Agente de Contratação iniciará a fase de Recebimento de Recursos.

**3.5.2.1.** Encerrada a fase de Recebimento de Recursos, o Agente de Contratação verificará se o arquivo de recurso foi anexado ao sistema, e em seguida deverá iniciar a fase de Recebimento das Contrarrazões.

**3.5.2.2.** Encerrado o prazo de envio de contrarrazões, o Agente de Contratação avançará o lote/item para a fase de Julgamento de Recursos.

**3.5.2.3.** Encerrado o julgamento, dependendo do resultado, o Agente de Contratação poderá retornar o lote/item para uma fase anterior, ou encaminhar o lote/item para a adjudicação da Autoridade Competente.

**3.5.3.** Na ausência de recursos, o Agente de Contratação encaminhará o lote/item para a adjudicação da Autoridade Competente.

### **3.6. ADJUDICAÇÃO**

**3.6.1.** Ao se iniciar a fase de adjudicação, a Autoridade Competente irá analisar as ações do Agente de Contratação, podendo retornar o lote/item para uma fase anterior, ou avançar o lote/item para a fase de homologação.

### **3.7. HOMOLOGAÇÃO**

**3.7.1.** Durante essa fase a Autoridade Competente realizará uma última análise no processo, podendo retornar o processo para uma fase anterior, ou então, homologar o processo, dando fim à licitação.

**3.8.** Caso a fase de habilitação anteceda a fase de lances, os licitantes deverão obrigatoriamente anexar e encaminhar seus documentos de habilitação, durante o cadastro da proposta inicial.

**3.9.** Somente participarão da fase de lances, os licitantes que forem habilitados pelo Agente de Contratação.

## **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**4.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação será realizada após a fase de julgamento das propostas.

**4.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta de preços com planilha detalhada de composição de custos, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**4.3.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**4.3.1.** Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumprio plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.





**4.3.2.** Declaro sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a minha habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

**4.3.3.** Declaro para fins do disposto na Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

**4.3.4.** Declaro que a proposta apresentada para essa licitação foi elaborada de maneira independente, de acordo com o que é estabelecido na Instrução Normativa nº 2 de 16 de setembro de 2009 da SLTI/MP.

**4.3.5.** Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

**4.3.6.** Declaro que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, estou ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.

**4.3.7.** Declaro que as propostas econômicas apresentadas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**4.4.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá assinalar a seguinte declaração: "Declaro que no ano-calendário de realização da presente licitação, não celebrei contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte."

**4.5.** No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a não assinalação do campo impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

**4.6.** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a não assinalação do campo apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

**4.7.** A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**4.8.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, até a abertura da sessão pública.

**4.9.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de análise das propostas.

**4.10.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**4.11.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**4.12.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**5.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos: (a) Valor Monetário total da sua proposta; (b) Arquivo da Proposta de Preços detalhada (planilha com composição de custos); (c) Declarações exigidas no Edital.

**5.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**5.2.1.** O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

**5.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**5.4.** Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**5.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**5.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**5.7.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

**5.7.1.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

**5.8.** O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E VALORES**

**6.1.** A abertura da sessão será realizada pelo Agente de Contratação responsável, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**6.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até o encerramento do recebimento das propostas iniciais.

**6.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

**6.4.** O julgamento será realizado através da opção Menor Preço.

**6.4.1.** No julgamento por menor preço, será considerado vencedor o licitante que apresentar a proposta de menor valor global, desde que atendidas todas as condições do Edital.

**6.5.** Assim que iniciada a fase de Análise das Propostas, o Agente de Contratação irá anunciar no chat de mensagens o prazo necessário para a análise dos arquivos, e caso queira, poderá suspender a sessão, indicando uma data e horário de retomada.

**6.6.** Assim que finalizada a análise das propostas, o Agente de Contratação divulgará o resultado através do chat de mensagens.

**6.7.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa "Aberto".

**6.8.** No modo de disputa Aberto, após a abertura das propostas, os licitantes poderão oferecer lances sucessivos decrescentes durante a sessão pública, até o encerramento da etapa competitiva.





**6.9.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes.

**6.10.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática do porte da entidade empresarial, para fins de aplicação dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

**6.11.** Só poderá haver empate entre propostas iguais quando os valores globais coincidirem exatamente.

**6.11.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem: (a) disputa final; (b) avaliação do desempenho contratual prévio; (c) desenvolvimento de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho; (d) desenvolvimento de programa de integridade.

**6.11.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, às empresas: (a) estabelecidas no território do Estado de São Paulo; (b) brasileiras; (c) que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; (d) que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

## **7. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**7.1.** Encerrada a fase de lances, o Agente de Contratação verificará a Proposta de Preços Completa do licitante melhor classificado e se este atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, consultando os seguintes cadastros: (a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS; (b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.

**7.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

**7.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas.

**7.4.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital.

**7.5.** Será desclassificada a proposta vencedora que: (a) contiver vícios insanáveis; (b) não obedecer às especificações técnicas constantes do Projeto Básico; (c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação; (d) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**7.6.** No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

**7.7.** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

**7.8.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**7.9.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.



## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**8.1.** Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.2.** Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

**8.2.1.** O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado diretamente no Departamento de Infraestrutura com o Engenheiro Nicolas Prevideli da Silveira, através do telefone (17) 3889-9501, ou pelo e-mail: engenharia@altair.sp.gov.br.

**8.2.2.** Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

**8.3.** O licitante primeiro colocado terá o prazo de 2 (duas) horas para anexar e encaminhar ao Agente de Contratação os seus documentos de habilitação.

**8.4.** A documentação exigida para fins de habilitação será composta pelos seguintes documentos:

### **8.5. Habilitação Jurídica**

**8.5.1.** Ato Constitutivo (contrato social, estatuto social ou requerimento de empresário) e todas as suas alterações ou consolidação.

**8.5.2.** Documentos do(s) Sócio(s) e do Representante Legal.

**8.5.3.** Procuração dos respectivos representantes nas licitações, quando for o caso.

### **8.6. Habilitação Fiscal e Trabalhista**

**8.6.1.** CNPJ da empresa;

**8.6.2.** Inscrição estadual e inscrição municipal, quando couber;

**8.6.3.** Certidão Negativa de Débitos Federais (Conjunta SRF/PGFN);

**8.6.4.** Certidão Negativa de Débitos Estaduais;

**8.6.5.** Certidão Negativa de Débitos Municipais;

**8.6.6.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

**8.6.7.** Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);

**8.6.8.** Certidão Negativa de Débitos do INSS (ou Conjunta SRF/PGFN que já a abrange).

### **8.7. Qualificação Econômico-Financeira**

**8.7.1.** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;

**8.7.2.** Índices de liquidez geral e corrente, e grau de endividamento;

**8.7.3.** Capital social ou patrimônio líquido mínimo compatível com o objeto;

**8.7.4.** Certidão Negativa de Falência e Concordata expedida pelo distribuidor da sede da empresa.

### **8.8. Qualificação Técnica**

**8.8.1.** Atestado(s) de Capacidade Técnica Profissional, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA, que comprove(m) a execução de serviços de características semelhantes ao objeto licitado (pavimentação ou recapeamento asfáltico), em nome do responsável técnico indicado;

**8.8.2.** Atestado(s) de Capacidade Técnica Operacional, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa executou obras de pavimentação ou recapeamento asfáltico compatíveis em características e quantidades com o objeto;

**8.8.3.** Certidão de Registro e Quitação no CREA da empresa e do(s) responsável(eis) técnico(s);

**8.8.4.** Declaração de disponibilidade de equipamentos e equipe técnica qualificada para o cumprimento do contrato.





## **8.9. Outras Declarações**

**8.9.1.** Declaração de Renúncia de Vistoria (quando aplicável);

**8.9.2.** Carta de Credenciamento, se necessário.

**8.10.** A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

**8.11.** A exigência de envio e verificação dos documentos de habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor, sendo a regularidade fiscal das ME/EPP exigida somente para efeito de contratação.

**8.12.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação.

## **9. DOS RECURSOS**

**9.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**9.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação.

**9.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante: (a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão; (b) o prazo para a manifestação da intenção de recorrer realizada após a habilitação não será inferior a 10 (dez) minutos; (c) o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação.

**9.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**9.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis.

**9.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**9.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis.

**9.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**9.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**9.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico da Plataforma Licita Mais Brasil.

## **10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**10.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa: (a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame; (b) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; (c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; (d) apresentar declaração ou documentação falsa; (e) fraudar a licitação; (f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; (g) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; (h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

**10.2.** A Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções: (a) advertência; (b) multa; (c) impedimento de licitar e contratar; (d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



**10.3.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da comunicação oficial. Para as infrações dos itens (a), (b) e (c), a multa será de 10% do valor do contrato. Para as infrações dos itens (d) a (h), a multa será de 10% do valor do contrato.

**10.4.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**10.5.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**10.6.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**10.7.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**11.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**11.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada através de campo específico da Plataforma Licita Mais Brasil, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**11.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, diretamente através da Plataforma de Licitações Eletrônicas Licita Mais Brasil.

**11.3.1.** O licitante que desejar solicitar esclarecimentos ou impugnar o processo poderá se cadastrar na Plataforma Licita Mais Brasil de forma gratuita, através da opção do Cadastro Simples.

**11.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**11.5.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**11.6.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**12.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**12.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

**12.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**12.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**12.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**12.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**12.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.





## **PREFEITURA DE ALTAIR**

**12.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**12.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**12.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na Plataforma Licita Mais Brasil e no endereço eletrônico [www.altair.sp.gov.br](http://www.altair.sp.gov.br).

**12.11.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**12.11.1.** ANEXO I – Termo de Referência (com Apêndice – ETP)

**12.11.2.** ANEXO II – Declaração de Cumprimento aos Requisitos de Habilitação

**12.11.3.** ANEXO III – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

**12.11.4.** ANEXO IV – Declaração que Não Emprega Menor de Idade

**12.11.5.** ANEXO V – Declaração Conjunta

**12.11.6.** ANEXO VI – Modelo de Proposta de Preços

**12.11.7.** ANEXO VII – Minuta de Termo de Contrato

**12.11.8.** ANEXO VIII – Planilha Orçamentária e Cronograma Físico-Financeiro

**12.11.9.** ANEXO IX – Projeto Básico e Memorial Descritivo

Altair/SP, 16 de junho de 2026.

**Marco Antonio Ferreira**  
Prefeito Municipal

# **PREFEITURA DE ALTAIR**



**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 03/2026  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2026**

**1 – CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

- 1.1.** O presente Termo de Referência é elaborado com fundamento no art. 6º, inciso XXIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, e tem por finalidade definir os elementos necessários e suficientes para a caracterização da contratação objeto da Concorrência Pública nº 03/2026, Processo Licitatório nº 18/2026, do Município de Altair/SP.
- 1.2.** Órgão Requisitante: Prefeitura Municipal de Altair/SP – CNPJ nº 45.152.782/0001-12, Praça Joaquim Carlos Garcia, nº 384, Centro, CEP 15.430-005, Altair/SP.
- 1.3.** Modalidade: Concorrência Pública Eletrônica.
- 1.4.** Critério de Julgamento: Menor Preço Global.
- 1.5.** Modo de Disputa: Aberto.
- 1.6.** Regime de Execução: Empreitada por Preço Global, nos termos do art. 6º, XXX, da Lei nº 14.133/2021.
- 1.7.** Plataforma Eletrônica: [www.licitamaisbrasil.com.br](http://www.licitamaisbrasil.com.br)
- 1.8.** Legislação Aplicável: Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 1.469/2023, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, normas técnicas da ABNT, normas regulamentadoras de segurança do trabalho e demais legislação correlata.

**2 – DEFINIÇÃO DO OBJETO**

- 2.1.** O objeto da presente contratação é a execução de obras de Recapeamento Asfáltico da Rua Joaquim Nicézio Pereira, no Município de Altair/SP, compreendendo: (a) serviços preliminares: placa de obra em lona com impressão digital e requadro em metalon (6m<sup>2</sup>); (b) varrição de pavimento para recapeamento (1.086,54m<sup>2</sup>); (c) imprimação betuminosa ligante com emulsão tipo RR-1-C (1.086,54m<sup>2</sup>); (d) execução de camada de rolamento em concreto betuminoso usinado quente – CBUQ, graduação "C", espessura mínima de 3,00 cm após compactação, com borda de 5 cm de massa compactada sob o pavimento existente (32,59m<sup>3</sup>); (e) sinalização horizontal: pintura de lombadas em laminado elastoplástico retrorrefletivo e antiderrapante (7,73m<sup>2</sup>); (f) sinalização vertical: placa para sinalização viária em chapa de aço totalmente refletiva com película III/III (0,5m<sup>2</sup>) e colunas simples galvanizadas diâmetro 2 1/2" x 3,60m (2un.), conforme Projeto Básico, Memorial Descritivo e Planilha Orçamentária elaborados pelo Eng. Nicolas Prevideli da Silveira.
- 2.2.** A contratação será realizada em regime de empreitada por preço global, cabendo à CONTRATADA a execução integral do objeto.
- 2.3.** A licitação corresponde a item único, sem divisão em lotes. O licitante deverá apresentar proposta para a totalidade do objeto.

**3 – FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA**

- 3.1.** Fundamentação Legal: A presente contratação encontra amparo nos arts. 6º, XXIII e XXX; 33; e 46 da Lei nº 14.133/2021, e no Decreto Municipal nº 1.469/2023.
- 3.2.** Justificativa da Contratação: A contratação é motivada pela necessidade de recuperação do pavimento asfáltico da Rua Joaquim Nicézio Pereira, que se encontra degradado, comprometendo o tráfego seguro de veículos e pedestres e a qualidade de vida dos moradores do entorno. A obra representa a aplicação eficiente de sobra de recurso federal repassado ao Município, evitando a devolução de valores e maximizando o benefício à coletividade.





**3.3. Justificativa do Regime de Execução:** A opção pela empreitada por preço global fundamenta-se na existência de Projeto Básico completo, Memorial Descritivo e Planilha Orçamentária detalhada, que permitem a perfeita definição do objeto e a formação segura de preços pelos licitantes, conferindo maior previsibilidade de custos à Administração, em atendimento aos princípios do art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

**3.4. Justificativa do Critério de Julgamento:** O critério de julgamento por menor preço justifica-se por tratar-se de obra com objeto técnico bem definido, especificações detalhadas em Projeto Básico e Planilha Orçamentária elaborados por engenheiro responsável, sendo o preço o elemento diferenciador suficiente para a seleção da proposta mais vantajosa, nos termos do art. 33 da Lei nº 14.133/2021.

#### **4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**4.1. Requisitos Técnicos:** A contratada deverá dispor de profissional legalmente habilitado no CREA, responsável técnico pela execução da obra, com a devida emissão de ART. Os materiais empregados, especialmente o CBUQ e a emulsão asfáltica, deverão atender às especificações técnicas do projeto e às normas pertinentes, com controle tecnológico e ensaios conforme exigências normativas.

**4.2. Vistoria Técnica:** Considerando que o conhecimento prévio das condições do local de execução é imprescindível, o licitante deverá atestar que conhece o local e as condições de realização da obra. O licitante poderá optar pela realização de vistoria prévia, a ser agendada junto ao Departamento de Infraestrutura com o Engenheiro Nicolas Prevideli da Silveira, telefone (17) 3889-9501, e-mail: engenharia@altair.sp.gov.br. Caso opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar declaração formal assinada por seu responsável técnico, sob pena de inabilitação.

**4.3. Subcontratação:** Será admitida a subcontratação parcial do objeto, limitada a serviços específicos que não constituam a parcela de maior relevância (recapeamento em CBUQ), mediante prévia autorização da Administração, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021. A contratada permanecerá integral e solidariamente responsável pela qualidade e conformidade dos serviços subcontratados.

**4.4. Garantia Contratual:** Será exigida prestação de garantia pela contratada, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total contratado, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da convocação para assinatura do contrato, nas modalidades previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021. Poderá ser exigida garantia adicional na hipótese do art. 59, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

**4.5. Segurança e Meio Ambiente:** A contratada deverá cumprir integralmente as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, especialmente a NR-18. Os locais em execução deverão ser devidamente sinalizados com cones, placas e cavaletes, ficando a empreiteira responsável por eventuais acidentes de qualquer natureza.

#### **5 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**5.1. Condições de Execução:** (a) A execução terá início em até 10 (dez) dias corridos após a emissão da Ordem de Serviços pelo Departamento de Engenharia; (b) O prazo para conclusão da obra será de 60 (sessenta) dias corridos, contados da ordem de início dos serviços; (c) O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados da assinatura; (d) A obra, uma vez iniciada, não poderá ser interrompida, salvo motivos devidamente justificados e aceitos pela Administração; (e) Entende-se por conclusão da obra a realização total do empreendimento com a entrega em condições plenas de utilização, incluindo a remoção de todos os equipamentos, funcionários e resíduos do local.

**5.2. Local de Execução:** Rua Joaquim Nicézio Pereira, no Município de Altair/SP, conforme identificação nos documentos técnicos anexos ao Edital.



**5.3.** Recebimento do Objeto: (a) Provisório: realizado pelo fiscal do contrato mediante relatório circunstanciado; (b) Definitivo: efetivado pelo gestor do contrato após verificação da conformidade integral da obra com o projeto, as normas técnicas e as condições contratuais, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada por vícios ou defeitos.

## **6 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1.** Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, a Administração designará representantes para exercerem as funções de gestor e fiscal do contrato, os quais deverão ser distintos do agente de contratação que conduziu a licitação.

**6.2.** O fiscal do contrato será responsável pelo acompanhamento técnico da execução: anotar ocorrências, verificar conformidade dos serviços, atestar medições, determinar providências para regularização de falhas e elaborar relatório circunstanciado para o recebimento provisório.

**6.3.** O gestor do contrato coordenará as atividades de fiscalização, instruirá os processos de pagamento, reajuste, aditamento e sanções, e efetuará o recebimento definitivo do objeto.

**6.4.** A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, nos termos do art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

**6.5.** A contratada deverá indicar preposto para representá-la durante a execução contratual, aceito pela Administração, que será o interlocutor direto com a fiscalização.

## **7 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

**7.1.** O pagamento será realizado por etapas, vinculado ao cronograma físico-financeiro aprovado, após a medição dos serviços executados e aceitos pela fiscalização.

**7.2.** As medições serão efetuadas pela fiscalização, na presença de representante da contratada, consistindo no levantamento das quantidades executadas e concluídas de cada serviço, aplicando-se os respectivos preços unitários.

**7.3.** O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data do atesto da nota fiscal pela fiscalização, obedecida a ordem cronológica, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

**7.4.** O encaminhamento da fatura deverá estar acompanhado de: (a) CND Conjunta Federal; (b) CRF – FGTS; (c) CNDT – Certidão de Débitos Trabalhistas; (d) medição atestada pela fiscalização; (e) relatório fotográfico do estágio da obra.

## **8 – ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**

**8.1.** O valor máximo orçado para a contratação é de **R\$ 80.557,24 (oitenta mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e vinte e quatro centavos)**, provenientes de sobra de recurso federal repassado ao Município.

**8.2.** Os preços unitários referenciais foram obtidos com base no **Boletim CDHU nº 201, sem desoneração, data-base maio/2026, com BDI de 21,99%**, conforme Planilha Orçamentária e demais documentos técnicos anexos ao Edital.

**8.3.** As propostas que ultrapassem o valor global orçado serão desclassificadas, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

## **9 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**9.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta de recursos consignados no Orçamento Municipal para obras e instalações, com fonte de recurso federal (sobra de repasse) e complementação pelo Tesouro Municipal, quando necessário.





**9.2.** As despesas decorrentes dos serviços correrão por conta da seguinte dotação:  
15.451.0012.1015.0000 – Pavimentação/Recape/Guias e Sarjetas de Vias Públicas  
4.4.90.51.99 – Obras e Instalações

**Fichas:** 262

## **10 – OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**10.1. Obrigações da Contratada:** (a) Executar o objeto em conformidade com os projetos, cronograma físico-financeiro e condições contratuais; (b) Responsabilizar-se pelos danos causados à Administração ou a terceiros; (c) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, serviços ou materiais com vícios ou defeitos; (d) Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação exigidas na licitação; (e) Indicar preposto aceito pela Administração; (f) Comunicar à Administração, com prazo mínimo de 5 dias úteis de antecedência, motivos que impossibilitem o cumprimento de prazos; (g) Cumprir as NRs de segurança do trabalho, especialmente NR-18; (h) Responder por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais; (i) Manter registro sistemático de medições, notas fiscais, relatórios e registros fotográficos necessários à prestação de contas perante o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

**10.2. Obrigações da Contratante:** (a) Fornecer à contratada os documentos técnicos necessários; (b) Designar gestor e fiscal do contrato; (c) Acompanhar e fiscalizar a execução contratual; (d) Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estabelecidos; (e) Comunicar à contratada sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas; (f) Aplicar as sanções previstas em lei e no contrato, quando cabíveis; (g) Rejeitar serviços em desconformidade com as especificações.

## **11 – CRITÉRIOS DE REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

**11.1.** Os preços contratados poderão sofrer reajustamento em sentido estrito, aplicando-se as mesmas tabelas de referência com vigência atualizada, mantido o mesmo desconto ofertado, cuja data-base está vinculada à data do orçamento estimado (maio/2026), nos termos do art. 25, §7º, da Lei nº 14.133/2021.

**11.2.** Deverá ser respeitado o interregno mínimo de 1 (um) ano entre reajustes.

**11.3.** O reajuste será formalizado por apostilamento.

## **12 – MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS**

**12.1.** Nos termos do art. 6º, XXVII, e art. 22, §3º, da Lei nº 14.133/2021, os riscos são alocados conforme tabela a seguir:

Nº	Evento/Risco	Responsável	Consequências	Medidas Mitigadoras
1	Condições climáticas adversas	Contratada	Prorrogação de prazo	Cronograma com período chuvoso; registro diário
2	Alterações no projeto pela Administração	Administração	Reequilíbrio e prorrogação de prazo	Aprovação prévia; acompanhamento contínuo
3	Erros ou omissões nos projetos	Contratada	Custos de reexecução	Vistoria prévia; controle de qualidade projetual
4	Interferências não identificadas no local	Administração	Parada ou redirecionamento; aditivos	Levantamento de campo prévio



5	Atraso na liberação de áreas	Administração	Impacto em cronograma e custo	Posse plena antes da Ordem de Serviço
6	Atrasos na entrega de materiais	Contratada	Multas; paralisação parcial	Planejamento logístico; fornecedores alternativos
7	Falhas de execução ou qualidade	Contratada	Reexecução; penalidades	Fiscalização permanente; controle tecnológico
8	Variação extraordinária de custos	Administração (se comprovado)	Reequilíbrio econômico-financeiro	Monitoramento CDHU/SINAPI
9	Acidentes de trabalho	Contratada	Responsabilidade civil/trabalhista	Cumprimento NRs; EPIs; treinamentos
10	Caso fortuito ou força maior	Compartilhado	Suspensão ou revisão contratual	Comunicação imediata; análise conjunta

**12.2.** A ocorrência de eventos não previstos nesta matriz será analisada conjuntamente pelas partes, aplicando-se as disposições da Lei nº 14.133/2021 e as cláusulas contratuais pertinentes.

### **13 – DISPOSIÇÕES GERAIS**

**13.1.** Integram o presente Termo de Referência, independentemente de transcrição, todos os anexos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronogramas, projetos e demais documentos técnicos constantes do Edital.

**13.2.** O prazo de validade das propostas não será inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.

**13.3.** Será concedido tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto nº 8.538/2015.

**13.4.** Todas as referências de tempo observarão o horário oficial de Brasília/DF.

Altair/SP, 16 de junho de 2026.

**PREFEITURA DE**  
**MARCO ANTONIO FERREIRA**  
Prefeito Municipal  
**ALT AIR**





**PREFEITURA DE  
ALT AIR**

---

**ANEXO II**

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 03/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2026

---

**DECLARA**, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital da Concorrência Pública nº 03/2026 e responde pela veracidade das informações prestadas, conforme disposto no inciso I, art. 63 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

**Assinatura do Responsável Legal**

Cargo/Função

Carimbo da Empresa

**PREFEITURA DE  
ALT AIR**



---

**ANEXO III**

**DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**  
**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 03/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2026**

---

**DECLARA**, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, ser \_\_\_\_\_ (microempresa ou empresa de pequeno porte) nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06, com as alterações da Lei Complementar nº 147/2014, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate e o benefício da habilitação com irregularidade fiscal no procedimento licitatório da Concorrência Pública nº 03/2026.

"Declara, por fim, e sob as penalidades legais por falsidade de declaração, que, no ano-calendário de realização da presente licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (ME/EPP), em sintonia com o §2º, do art. 4º da Lei Federal 14.133/21, ficando resguardado o direito do Agente de Contratação de solicitar documentos que comprovem a veracidade da declaração ou de realizar consultas no PNCP."

---

**Assinatura do Responsável Legal**

Cargo/Função

Carimbo da Empresa





**ANEXO IV**

**DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE (CF, art. 7º, XXXIII)**  
**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 03/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2026**

**DECLARA**, sob as penas da lei e para fins do disposto no inciso VI do artigo 68 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, acrescido pela Lei Federal nº 9.854 de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

**Ressalva:** (\_\_\_) emprega menor a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz.

\_\_\_\_\_  
**Assinatura do Responsável Legal**

Cargo/Função

Carimbo da Empresa



**ANEXO V**

**DECLARAÇÃO CONJUNTA**

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 03/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2026

**DECLARA** que:

- a)** Cumpre com as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no inciso IV do artigo 63 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- b)** A proposta financeira entregue compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme disposto no § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- c)** Tomou pleno conhecimento do objeto, bem como de que recebeu todos os documentos e informações necessárias, e tomou conhecimento das condições locais para o cumprimento das obrigações para execução do objeto, os quais possibilitaram a correta elaboração de sua proposta comercial;
- d)** Até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, e toma ciência da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- e)** Não se encontra inadimplente, inidônea ou está impedida de participar de licitações, nem é objeto de quaisquer restrições, bem como não está cumprindo pena de suspensão temporária de participação em processos licitatórios, junto a órgãos da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal;
- f)** Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- g)** Não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista;
- h)** Não possui vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, bem como atende as demais vedações previstas no artigo 14 da Lei Federal 14.133/21;





## PREFEITURA DE **ALTAIR**

- i) Atenderá as disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) quando do tratamento de dados pessoais a que tenha acesso para a execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória;
- j) A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição se sujeitará às sanções previstas em lei.

**Assinatura do Responsável Legal**

Cargo/Função

Carimbo da Empresa

# PREFEITURA DE **ALTAIR**



**ANEXO VI**

**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 03/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2026

A empresa \*\*\*\*\*, CNPJ \*\*\*\*\*, situada na \*\*\*\*\*,  
**APRESENTA ESTA PROPOSTA DE PREÇOS**, em cumprimento às exigências do Edital, para os fins  
únicos e exclusivos da Concorrência Pública nº 03/2026 e Processo Licitatório nº 18/2026,  
publicado pelo Município de Altair/SP.

**OBJETO:** Execução de obras de Recapeamento Asfáltico da Rua Joaquim Nicézio Pereira, no  
Município de Altair/SP, compreendendo serviços preliminares, varrição e limpeza do pavimento,  
imprimação betuminosa ligante, execução de camada de rolamento em CBUQ, e sinalização  
horizontal e vertical (lombadas), conforme especificações do Projeto Básico, Memorial Descritivo e  
Planilha Orçamentária.

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Serviços Preliminares – Placa de obra em lona com impressão digital e requadro em metalon	m <sup>2</sup>	6	R\$	R\$
2	Recapeamento – Varrição de pavimento (mecânica/manual)	m <sup>2</sup>	1.086,54	R\$	R\$
	Recapeamento – Imprimação betuminosa ligante tipo RR-1-C	m <sup>2</sup>	1.086,54	R\$	R\$
	Recapeamento – Camada de rolamento em CBUQ, grad. "C", esp. 3cm	m <sup>3</sup>	32,59	R\$	R\$
3	Sinalização – Placa de LOMBADA em chapa de aço refletiva III/III	m <sup>2</sup>	0,5	R\$	R\$
	Sinalização – Coluna simples galvanizada Ø 2 1/2" x 3,60m	un	2	R\$	R\$
	Sinalização – Horizontal em laminado elastoplástico retrorrefletivo	m <sup>2</sup>	7,73	R\$	R\$
<b>VALOR GLOBAL TOTAL</b>				<b>R\$</b>	





## PREFEITURA DE **ALTAIR**

Prazo de validade da proposta **(mínimo de 60 dias)**: \_\_\_\_\_

**DADOS BANCÁRIOS:**

**DADOS PESSOAIS PARA CONTATO E DO RESPONSÁVEL TÉCNICO:**

\_\_\_\_\_  
**Assinatura do Responsável Legal**

Cargo/Função

Carimbo da Empresa

# PREFEITURA DE **ALTAIR**



**ANEXO VII  
MINUTA DE TERMO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº \_\_\_\_/2026**

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 03/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2026**

**CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA  
SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL,  
QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE  
ALTAIR/SP E A EMPRESA \_\_\_\_\_.**

O **MUNICÍPIO DE ALTAIR**, Estado de São Paulo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 45.152.782/0001-12, com sede à Praça Joaquim Carlos Garcia, nº 384, Centro, CEP 15.430-005, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **MARCO ANTONIO FERREIRA**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede em \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si justo e contratado, com fundamento na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 1.469/2023, na Lei Complementar nº 123/2006, no Edital de Concorrência Pública nº 03/2026, no Termo de Referência e demais documentos integrantes do Processo Licitatório nº 18/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

- 1.1.** O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para execução de obras de Recapeamento Asfáltico da Rua Joaquim Nicézio Pereira, no Município de Altair/SP, compreendendo serviços preliminares, varrição e limpeza do pavimento, imprimação betuminosa ligante, execução de camada de rolamento em CBUQ e sinalização horizontal e vertical, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital de Concorrência Pública nº 03/2026 e seus Anexos.
- 1.2.** A contratação é realizada sob o regime de empreitada por preço global, nos termos do art. 6º, XXX, da Lei nº 14.133/2021, cabendo à CONTRATADA a execução integral do objeto conforme Projeto Básico, Memorial Descritivo e Planilha Orçamentária integrantes do Edital.
- 1.3.** Vinculam o presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital de Concorrência Pública nº 03/2026 e seus Anexos, o Termo de Referência, o Projeto Básico, o Memorial Descritivo, a Planilha Orçamentária, a proposta de preços da CONTRATADA, a ata da sessão pública e demais documentos constantes do Processo Licitatório nº 18/2026.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO**

- 2.1.** O objeto será executado sob o regime de empreitada por preço global, respondendo a CONTRATADA pela execução integral do recapeamento conforme as especificações técnicas do Edital e seus Anexos, incluindo fornecimento de materiais e serviços de engenharia, pela realização de todos os serviços e por todas as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.
- 2.2.** São admitidas alterações contratuais nas hipóteses previstas nos arts. 124 e 125 da Lei nº 14.133/2021, observados os limites legais, incluindo: (a) recomposição do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior; (b) alterações solicitadas pela Administração, desde que não decorram de erros ou omissões por parte da CONTRATADA.





### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA, DE EXECUÇÃO E DO CRONOGRAMA**

- 3.1.** O prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021.
- 3.2.** O prazo para início da execução da obra é de 10 (dez) dias corridos, contados da emissão da Ordem de Início pelo Departamento de Infraestrutura da Prefeitura Municipal de Altair/SP.
- 3.3.** O prazo para conclusão da obra será de 60 (sessenta) dias corridos, contados da ordem de início dos serviços, conforme cronograma físico-financeiro aprovado, podendo ser prorrogado mediante justificativas fundamentadas e conforme vigência contratual.
- 3.4.** Entende-se por conclusão da obra a realização total do empreendimento, com a entrega em condições plenas de utilização, após a remoção de todos os equipamentos, funcionários e resíduos do local.
- 3.5.** A obra, uma vez iniciada, não poderá ser interrompida, salvo por motivos devidamente justificados e aceitos pela Administração, sob pena de aplicação das sanções previstas neste contrato.
- 3.6.** A CONTRATADA deverá manter preposto no local da obra durante toda a execução.

### **CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DO VALOR DO CONTRATO**

- 4.1.** O valor global do presente contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), conforme proposta vencedora da CONTRATADA.
- 4.2.** No valor acima estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, seguros, despesas de administração, lucro, materiais, equipamentos, mão de obra e quaisquer outros custos necessários à completa execução do objeto.
- 4.3.** O valor global será pago por meio de saldo provenientes de sobra de recurso federal repassado ao Município, complementados por contrapartida do Tesouro Municipal quando necessário.

### **CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 5.1.** As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta das dotações orçamentárias específicas para obras e instalações, com fonte de recurso federal e complementação pelo Tesouro Municipal, conforme empenho a ser emitido pelo Departamento de Finanças.
- 5.2.** As despesas decorrentes dos serviços correrão por conta da seguinte dotação:

15.451.0012.1015.0000 – Pavimentação/Recape/Guias e Sarjetas de Vias Públicas

4.4.90.51.99 – Obras e Instalações

**Fichas: 262\*\***

### **CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO**

- 6.1.** O pagamento será realizado por medições, vinculado ao cronograma físico-financeiro aprovado, após a aferição dos serviços executados e aceitos pela fiscalização.
- 6.2.** As medições serão efetuadas pela fiscalização do CONTRATANTE, na presença de representante da CONTRATADA, consistindo no levantamento das quantidades executadas e concluídas de cada serviço, aplicando-se os respectivos preços. Somente serão medidos serviços efetivamente executados, concluídos e aceitos.
- 6.3.** O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data do atesto da nota fiscal pela fiscalização, obedecida a ordem cronológica, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.4.** O prazo de pagamento está condicionado à disponibilidade orçamentária e financeira do Município, observada a ordem cronológica de pagamentos.



**6.5.** A fatura deverá estar acompanhada de: (a) medição atestada pela fiscalização; (b) Certidão Negativa Conjunta de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; (c) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; (d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT; (e) relatório fotográfico do estágio da obra.

**6.6.** Constatada irregularidade na documentação, o pagamento ficará bloqueado até a completa regularização. O pagamento não isentará a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais, nem implicará aceitação provisória ou definitiva da obra.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**7.1.** Os preços contratados poderão sofrer reajustamento em sentido estrito, aplicando-se as mesmas tabelas de referência com vigência atualizada, mantido o mesmo desconto ofertado, cuja data-base está vinculada à data do orçamento estimado (maio/2026), nos termos do art. 25, §7º, da Lei nº 14.133/2021.

**7.2.** Deverá ser respeitado o interregno mínimo de 1 (um) ano entre reajustes, contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**7.3.** O reajuste será formalizado por apostilamento.

**7.4.** O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser formulado pela CONTRATADA nos casos de álea extraordinária e extracontratual, devidamente comprovada, e deverá vir acompanhado de: (a) planilha comparativa dos custos da proposta contratada com os custos atuais; (b) documentação comprobatória do fato superveniente.

**7.5.** O CONTRATANTE terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para análise e resposta ao pedido de reequilíbrio.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA CONTRATUAL**

**8.1.** A CONTRATADA deverá prestar garantia no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da assinatura, em uma das modalidades previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021: (a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural; (b) seguro-garantia; (c) fiança bancária emitida por instituição financeira.

**8.2.** Caso a proposta da CONTRATADA seja inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, será exigida garantia adicional equivalente à diferença entre o valor orçado e o valor da proposta, nos termos do art. 59, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

**8.3.** A garantia assegurará o pagamento de prejuízos advindos do não cumprimento do contrato, multas punitivas, prejuízos diretos causados à Administração e obrigações trabalhistas e previdenciárias não honradas pela CONTRATADA.

**8.4.** A garantia será liberada após o recebimento definitivo do objeto e a plena satisfação de todas as obrigações contratuais, com a devida correção monetária, quando em dinheiro.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**9.1.** Executar o objeto em estrita conformidade com os projetos aprovados, o cronograma físico-financeiro e as condições contratuais, fornecendo todos os materiais, equipamentos, ferramentas e mão de obra necessários.

**9.2.** Responsabilizar-se integralmente pela qualidade dos materiais, serviços e obras executadas, inclusive promovendo readequações sempre que detectadas impropriedades.

**9.3.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

**9.4.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão da execução do contrato.





- 9.5. Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação exigidas na licitação, comprovando-as quando solicitado.
- 9.6. Indicar preposto, aceito pelo CONTRATANTE, para representá-la na execução contratual.
- 9.7. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis antes do vencimento do prazo, os motivos que impossibilitem o cumprimento de obrigações, com a devida comprovação.
- 9.8. Cumprir integralmente as Normas Regulamentadoras de segurança do trabalho, especialmente a NR-18, fornecendo EPIs e realizando treinamentos adequados, além de sinalizar adequadamente os locais em execução com cones, placas e cavaletes.
- 9.9. Responder por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução contratual, sem transferência de responsabilidade ao CONTRATANTE, nos termos do art. 121, §1º, da Lei nº 14.133/2021.
- 9.10. Cumprir a reserva de cargos para pessoa com deficiência ou reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme art. 93 da Lei nº 8.213/1991.
- 9.11. Manter registro sistemático de todas as medições, notas fiscais, relatórios, registros fotográficos e demais documentos necessários à prestação de contas perante o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e o órgão repassador dos recursos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 10.1. Fornecer à CONTRATADA o Projeto Básico, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e demais documentos técnicos necessários à execução da obra.
- 10.2. Designar gestor e fiscal do contrato, distintos do agente de contratação que conduziu a licitação, em observância à segregação de funções.
- 10.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio dos representantes designados, anotando em registro próprio todas as ocorrências.
- 10.4. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estabelecidos neste contrato, observada a ordem cronológica e a disponibilidade dos repasses.
- 10.5. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, para as devidas adequações.
- 10.6. Prestar as informações e esclarecimentos necessários à execução.
- 10.7. Rejeitar, no todo ou em parte, serviços em desconformidade com as especificações, e aplicar as sanções contratuais e administrativas quando cabíveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO**

- 11.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, a execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante(s) designado(s) pelo CONTRATANTE, que exercerão as funções de fiscal e gestor do contrato.
- 11.2. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução, verificar a conformidade dos serviços com os projetos e normas técnicas, atestará as medições e determinará as providências para regularização de falhas.
- 11.3. O gestor do contrato coordenará as atividades de fiscalização, instruirá os processos de pagamento, reajuste e sanções e efetuará o recebimento definitivo do objeto.
- 11.4. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, nos termos do art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

- 12.1. O objeto será recebido na forma do art. 140 da Lei nº 14.133/2021: (a) Provisoriamente: pelo fiscal do contrato, mediante elaboração de relatório circunstanciado contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução; (b) Definitivamente: pelo gestor do contrato, após verificação da qualidade e conformidade integral com as especificações contratuais e normativas.



**12.2.** O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA por vícios aparentes ou ocultos, defeitos ou incorreções, nem por responsabilidade civil, penal e administrativa.

**12.3.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações, devendo ser refeitos pela CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo das sanções cabíveis.

**12.4.** O prazo para recebimento definitivo será de até 30 (trinta) dias da comunicação escrita da CONTRATADA informando a conclusão da obra.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**13.1.** Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá aplicar as seguintes sanções, nos termos dos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, garantidos o contraditório e a ampla defesa: (a) Advertência, por escrito, quando a CONTRATADA descumprir obrigações contratuais de menor gravidade; (b) Multa: multa moratória de 0,5% (meio por cento) ao dia sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias; multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, nas hipóteses de inexecução total, recusa injustificada em assinar o contrato, não manutenção das condições de habilitação ou apresentação de documentação falsa; multa compensatória de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, conforme a gravidade da infração, para as demais hipóteses de descumprimento; (c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos; (d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

**13.2.** As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021.

**13.3.** Na aplicação das sanções, serão considerados a natureza e a gravidade da infração, as peculiaridades do caso, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos causados e a existência de programa de integridade.

**13.4.** A multa poderá ser descontada da garantia prestada, dos pagamentos devidos à CONTRATADA ou cobrada judicialmente.

**13.5.** A aplicação de qualquer sanção não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados ao CONTRATANTE.

**13.6.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar. Da declaração de inidoneidade caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

**14.1.** Será admitida a subcontratação parcial do objeto, limitada a serviços específicos que não constituam a parcela de maior relevância (recapeamento em CBUQ), mediante prévia autorização escrita do CONTRATANTE, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

**14.2.** A CONTRATADA permanecerá integral e solidariamente responsável pela qualidade e conformidade dos serviços subcontratados.

**14.3.** A subcontratada deverá atender, no que couber, às mesmas exigências de qualificação técnica impostas à CONTRATADA.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

**15.1.** O presente contrato poderá ser extinto nas hipóteses e condições previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções aplicáveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.





**15.2.** Constituem motivos para extinção do contrato, a serem formalmente motivados nos autos do processo: (a) não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos; (b) desatendimento das determinações regulares emitidas pela fiscalização; (c) alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa que prejudique a execução; (d) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas pela autoridade máxima do CONTRATANTE; (e) ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, que impossibilite o cumprimento das obrigações; (f) atraso superior a 2 (dois) meses nos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, ressalvadas as hipóteses legais; (g) não liberação, pelo CONTRATANTE, da área ou local para execução da obra, nos prazos contratuais.

**15.3.** A extinção determinada por ato unilateral do CONTRATANTE acarretará as consequências previstas no art. 139, I a IV, da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ALOCAÇÃO DE RISCOS**

**16.1.** A alocação de riscos entre as partes observa a Matriz de Riscos constante do Termo de Referência (Anexo I do Edital), que integra o presente contrato para todos os fins.

**16.2.** Os riscos decorrentes de fatos supervenientes à contratação que não configurem álea extraordinária são de responsabilidade da CONTRATADA, conforme Matriz de Riscos.

**16.3.** Os riscos expressamente atribuídos à Administração na Matriz de Riscos, quando materializados, poderão ensejar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos da Cláusula Sétima.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS VEDAÇÕES**

**17.1.** É vedado à CONTRATADA: (a) caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira; (b) interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei; (c) contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que desempenhe função na licitação, fiscalização ou gestão do contrato.

**17.2.** É vedado ao CONTRATANTE: (a) indicar pessoas nominadas para executar o objeto contratado; (b) estabelecer vínculo de subordinação com empregados da CONTRATADA; (c) demandar a execução de tarefas fora do escopo contratual.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS**

**18.1.** Os casos omissos serão dirimidos com base na Lei nº 14.133/2021, nas demais normas aplicáveis e nos princípios gerais de direito público.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO**

**19.1.** O extrato do presente contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos meios de comunicação oficial do Município, nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021, como condição de eficácia.



## PREFEITURA DE **ALTAIR**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO**

**20.1.** Fica eleito o foro da Comarca de Olímpia/SP, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato.

Altair/SP, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
**Marco Antonio Ferreira**  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
**Representante Legal**  
CONTRATADA

**Testemunhas:**

**PREFEITURA DE**  
**ALTAIR**